

Os desafios da inclusão escolar: dificuldades e possibilidades no contexto da sala de aula

The challenges of school inclusion: difficulties and possibilities in the classroom

Maria Aparecida de Oliveira¹

Maria Fernanda Silva Narciso²

Anderson Ferreira da Silva³

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar os principais desafios da inclusão escolar no contexto da sala de aula, considerando as dificuldades enfrentadas pelos professores e as possibilidades de desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos relacionados à educação inclusiva. Os resultados evidenciaram que, apesar dos avanços legais na garantia do direito à educação inclusiva, ainda existem desafios relacionados à formação docente, às condições de trabalho, à acessibilidade, à disponibilidade de recursos pedagógicos e à organização das práticas de ensino. A análise também demonstrou a importância da formação continuada, do planejamento colaborativo, da diversificação das estratégias pedagógicas, da adaptação de recursos e do fortalecimento da parceria entre escola e família. Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar depende de um compromisso coletivo entre professores, gestores, famílias, profissionais especializados e poder público, de modo a garantir não apenas o acesso e a permanência dos estudantes, mas também sua participação, aprendizagem, autonomia e pertencimento ao ambiente escolar.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Educação inclusiva; Práticas pedagógicas; Formação docente; Acessibilidade.

Abstract

The present study aimed to analyze the main challenges of school inclusion in the classroom context, considering the difficulties faced by teachers and the possibilities for developing inclusive pedagogical practices. This is a qualitative study conducted through a bibliographic review, based on the analysis of books, scientific articles, legislation, and documents related to inclusive education. The results showed that, despite legal advances in guaranteeing the right to inclusive education, challenges remain regarding teacher training, working conditions, accessibility, the availability of pedagogical resources, and the organization of teaching practices.

¹Faculdade de Ciências e Tecnologias de Campos Gerais. Campos Gerais, MG, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1849-9554>

²Faculdade de Ciências e Tecnologias de Campos Gerais. Campos Gerais, MG, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7942-4555>

³Faculdade de Ciências e Tecnologias de Campos Gerais. Campos Gerais, MG, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1306-8763>

The analysis also demonstrated the importance of continuing teacher education, collaborative planning, diversification of pedagogical strategies, adaptation of resources, and strengthening the partnership between school and family. It is concluded that the effective implementation of school inclusion depends on a collective commitment among teachers, school administrators, families, specialized professionals, and public authorities, in order to ensure not only students' access to and permanence in school, but also their participation, learning, autonomy, and sense of belonging within the school environment.

Keywords: School inclusion; Inclusive education; Pedagogical practices; Teacher training; Accessibility.

1 Introdução

A educação inclusiva constitui um importante princípio da educação contemporânea, tendo como finalidade assegurar o direito de todos os estudantes à educação, à participação e à aprendizagem, independentemente de suas características, necessidades ou condições individuais. Nesse contexto, a inclusão escolar ultrapassa a simples inserção do estudante no espaço físico da escola, exigindo transformações nas práticas pedagógicas, na organização escolar e nas relações estabelecidas no ambiente educacional. Assim, discutir a inclusão escolar torna-se fundamental para compreender as condições necessárias à construção de uma educação que respeite as diferenças e favoreça a aprendizagem de todos.

No contexto educacional brasileiro, embora existam avanços legais e políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação inclusiva, sua efetivação no cotidiano escolar ainda apresenta diferentes desafios. Entre eles, destacam-se aspectos relacionados à formação docente, às condições de trabalho, à acessibilidade, à disponibilidade de recursos pedagógicos, à adaptação das atividades e à necessidade de desenvolvimento de práticas de ensino capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula. Dessa forma, a inclusão escolar não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor, pois envolve toda a comunidade escolar, os profissionais especializados, as famílias e o poder público.

A diversidade existente no ambiente escolar exige que os profissionais da educação estejam preparados para reconhecer os diferentes ritmos, formas de aprendizagem, necessidades e potencialidades dos estudantes. Entretanto, a ausência de formação adequada, a limitação de recursos, a sobrecarga de trabalho e as dificuldades relacionadas à organização das práticas pedagógicas podem comprometer a participação e a aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, torna-se necessário refletir não apenas sobre os obstáculos enfrentados no processo de inclusão, mas também sobre as possibilidades e estratégias que podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Diante desse cenário, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são os principais desafios enfrentados no processo de inclusão escolar no contexto da sala de aula e quais possibilidades podem contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas?

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar os principais desafios enfrentados no processo de inclusão escolar no contexto da sala de aula, identificando as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação e as possibilidades de desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Para isso, o estudo fundamenta-se na discussão sobre os princípios da educação inclusiva, os desafios presentes no cotidiano escolar, a importância da formação docente e as estratégias pedagógicas que podem contribuir para o fortalecimento da inclusão.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões acerca da inclusão escolar e contribuir para a reflexão sobre as condições oferecidas aos estudantes e aos profissionais da educação. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação e à inclusão, a efetivação desses princípios no cotidiano das instituições de ensino ainda exige mudanças nas concepções, nas práticas pedagógicas e na organização escolar. Dessa maneira, compreender os desafios existentes e discutir possibilidades de enfrentamento pode contribuir para o desenvolvimento de práticas educacionais mais adequadas às diferentes necessidades dos estudantes e para o fortalecimento de uma escola democrática, acolhedora e comprometida com a aprendizagem de todos.

2 Revisão da Literatura

A educação inclusiva constitui uma perspectiva educacional fundamentada no reconhecimento do direito de todos os estudantes à participação e à aprendizagem no ambiente escolar. Essa concepção ultrapassa a ideia de apenas inserir o estudante na escola regular, pois pressupõe transformações na organização da instituição, nas práticas pedagógicas e nas relações estabelecidas no cotidiano educacional. Dessa forma, a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo contínuo de construção de condições que possibilitem a participação efetiva de todos os estudantes.

Nesse contexto, Mantoan (2003) destaca a necessidade de repensar a escola e suas práticas para que ela seja capaz de atender à diversidade presente entre os estudantes. A escola inclusiva, portanto, precisa reconhecer que existem diferentes formas, ritmos e possibilidades de aprendizagem, evitando práticas que considerem as diferenças como obstáculos ao processo educativo. A diversidade deve ser compreendida como uma característica própria do ambiente

escolar, exigindo a organização de estratégias pedagógicas capazes de favorecer a participação e a aprendizagem de todos.

A discussão sobre inclusão também envolve a necessidade de transformação dos espaços sociais e das condições que podem dificultar a participação das pessoas. Sassaki (2003) compreende a inclusão como um processo que exige a eliminação de barreiras e a construção de condições que favoreçam a participação social. No ambiente escolar, essas barreiras podem estar relacionadas às condições físicas, à comunicação, às práticas pedagógicas e às atitudes presentes nas relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar.

Dessa maneira, a acessibilidade constitui um elemento fundamental para a efetivação da inclusão. Não se trata apenas da garantia de espaços físicos adequados, mas também da disponibilização de materiais, recursos e estratégias que possibilitem a participação dos estudantes nas atividades escolares. As barreiras comunicacionais, pedagógicas e atitudinais podem comprometer o processo de aprendizagem e dificultar a participação dos alunos, tornando necessária a adoção de práticas que considerem as diferentes necessidades existentes no ambiente educacional.

Outro aspecto relevante para a discussão da inclusão escolar refere-se à formação dos professores. O desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas exige que os profissionais da educação estejam preparados para compreender a diversidade e planejar diferentes estratégias de ensino. A formação inicial e continuada pode contribuir para ampliar os conhecimentos dos professores e favorecer a reflexão sobre as práticas desenvolvidas no cotidiano da sala de aula.

Entretanto, a responsabilidade pela construção de uma educação inclusiva não deve ser atribuída exclusivamente ao professor. As instituições escolares e as redes de ensino também precisam oferecer condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, incluindo oportunidades de formação, planejamento coletivo, disponibilidade de recursos e apoio aos profissionais. Assim, a inclusão escolar depende de uma atuação conjunta entre professores, gestores, profissionais especializados, famílias e poder público.

As práticas pedagógicas inclusivas devem considerar diferentes formas de ensinar, aprender e avaliar. Nesse sentido, a utilização de recursos visuais, materiais adaptados, atividades práticas, tecnologias assistivas, jogos e trabalhos colaborativos pode ampliar as possibilidades de participação dos estudantes. Da mesma forma, a avaliação precisa considerar os processos e os avanços individuais, assumindo uma função diagnóstica e formativa.

A adaptação das estratégias pedagógicas não significa reduzir as expectativas em relação à aprendizagem dos estudantes, mas criar diferentes possibilidades para que cada aluno possa

desenvolver suas capacidades. A diversificação das metodologias, o planejamento colaborativo e a organização de práticas que respeitem as diferenças constituem possibilidades importantes para o fortalecimento da inclusão no contexto escolar.

A literatura analisada permite compreender, portanto, que os desafios da inclusão não estão relacionados apenas às características individuais dos estudantes. Eles também envolvem as condições oferecidas pelas instituições de ensino, a formação dos profissionais, a disponibilidade de recursos, a acessibilidade e as práticas pedagógicas adotadas. Assim, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige transformações nas concepções e nas práticas educacionais, reconhecendo que todos os estudantes possuem o direito de participar, aprender e desenvolver suas potencialidades.

3 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, tendo como foco os desafios da inclusão escolar no contexto da sala de aula. A escolha dessa abordagem está relacionada ao objetivo de compreender, a partir das contribuições de diferentes autores e documentos, as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão e as possibilidades de desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de favorecer a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. A pesquisa qualitativa possibilita uma análise mais aprofundada dos aspectos educacionais, sociais e pedagógicos relacionados à temática, permitindo interpretar diferentes perspectivas presentes na produção científica.

A pesquisa bibliográfica foi escolhida por possibilitar o levantamento e a análise de conhecimentos já produzidos sobre educação inclusiva, inclusão escolar, formação docente, práticas pedagógicas e atendimento às diferentes necessidades educacionais. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, principalmente livros e artigos científicos, constituindo uma importante modalidade de investigação para a construção do conhecimento científico. Dessa forma, o estudo não se limita à apresentação de conceitos, mas procura estabelecer relações entre as diferentes contribuições teóricas encontradas na literatura, buscando compreender como os desafios da inclusão se manifestam no cotidiano escolar.

Para a realização da pesquisa, foram considerados livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, legislações e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva e às políticas educacionais brasileiras. Entre os documentos de relevância para a discussão encontram-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº

9.394/1996, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015. Esses documentos contribuem para a compreensão dos direitos educacionais das pessoas com deficiência e das responsabilidades atribuídas ao poder público e às instituições de ensino na construção de uma educação inclusiva.

A seleção do material bibliográfico considerou sua relação direta com o tema e sua contribuição para a compreensão dos problemas investigados. Foram priorizadas produções que abordassem aspectos como os fundamentos da educação inclusiva, os desafios enfrentados pelos professores, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, a adaptação curricular, as práticas pedagógicas inclusivas, a acessibilidade e a participação dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem. Também foram consideradas produções que discutem a inclusão para além da presença física do estudante na escola, compreendendo-a como um processo que envolve participação, aprendizagem, convivência e garantia de direitos.

Entre os referenciais utilizados para fundamentar a discussão, destacam-se autores como Mantoan (2003), que apresenta importantes reflexões sobre a necessidade de transformação da escola para atender à diversidade; Sasaki (2003), que discute a inclusão social e a necessidade de eliminação das barreiras que dificultam a participação das pessoas; e outros estudiosos da educação inclusiva e das práticas pedagógicas. A utilização dessas contribuições teóricas permite compreender que os obstáculos à inclusão não estão necessariamente relacionados apenas às características individuais dos estudantes, mas também às condições oferecidas pela escola, às práticas pedagógicas adotadas e às barreiras existentes no ambiente educacional.

Após o levantamento bibliográfico, foi realizada uma leitura exploratória dos materiais selecionados, seguida de uma leitura analítica e interpretativa das informações consideradas relevantes para os objetivos do estudo. Os conteúdos encontrados foram organizados de acordo com os principais aspectos relacionados à problemática da pesquisa, permitindo identificar pontos de aproximação e diferentes perspectivas entre os autores. A análise concentrou-se especialmente nas dificuldades enfrentadas no cotidiano da sala de aula e nas estratégias apontadas pela literatura como possibilidades para o fortalecimento da inclusão escolar.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não foram realizadas entrevistas, aplicação de questionários ou observações diretas em escolas. Dessa maneira, os resultados apresentados posteriormente são decorrentes da análise crítica e interpretativa da literatura selecionada. O percurso metodológico adotado possibilitou reunir diferentes contribuições acerca da inclusão escolar e estabelecer uma discussão sobre os desafios que ainda precisam ser enfrentados para

que o direito à educação inclusiva seja efetivamente concretizado no cotidiano das instituições de ensino.

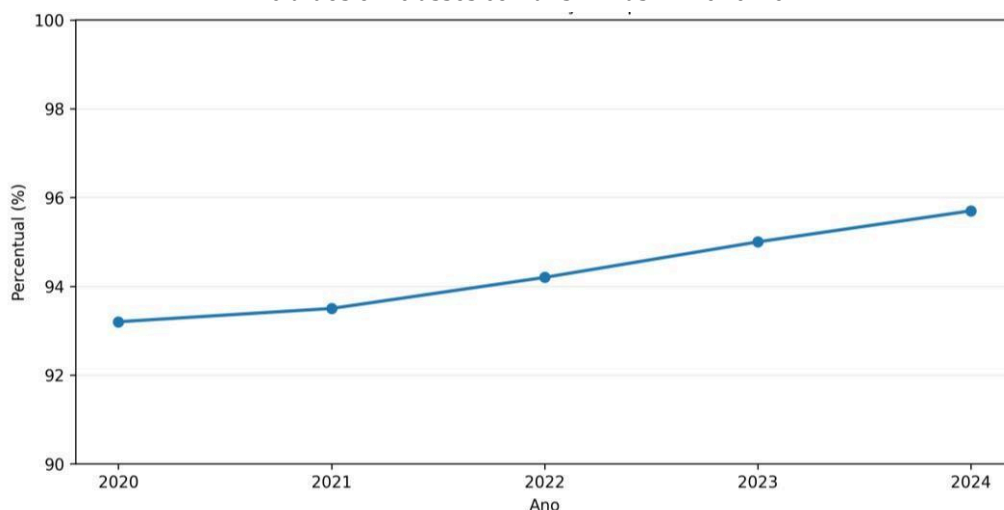
4 Resultados e Discussão

A análise da literatura evidencia que a educação inclusiva constitui um processo que vai além da matrícula e da presença do estudante na escola regular. A inclusão pressupõe garantir condições para que todos os alunos participem das atividades, desenvolvam suas potencialidades e tenham acesso ao conhecimento. Nesse sentido, a escola precisa reconhecer a diversidade existente em seu interior e organizar suas práticas de maneira que as diferenças sejam compreendidas como características próprias do ambiente educacional, e não como obstáculos à aprendizagem.

No contexto brasileiro, o direito à educação inclusiva é assegurado por diferentes instrumentos legais, entre eles a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015. Esses documentos representam importantes avanços na garantia dos direitos educacionais. Entretanto, a existência de uma legislação não assegura, por si só, a efetivação da inclusão no cotidiano escolar, sendo necessárias condições materiais, formação profissional, acessibilidade e mudanças na organização das práticas pedagógicas.

Entre os principais desafios identificados está a diversidade das necessidades apresentadas pelos estudantes. Em uma mesma sala podem existir diferentes ritmos de aprendizagem, formas de comunicação, níveis de autonomia e necessidades educacionais, exigindo do professor estratégias diversificadas. Mantoan (2003) destaca a necessidade de repensar a organização escolar e as práticas pedagógicas para atender à diversidade. Entretanto, a falta de recursos, o número elevado de alunos, a sobrecarga profissional e a ausência de apoio adequado podem dificultar a realização de um trabalho efetivamente inclusivo.

Gráfico 1 – Percentual de alunos de 4 a 17 anos da educação especial incluídos em classes comuns – Brasil – 2020-2024

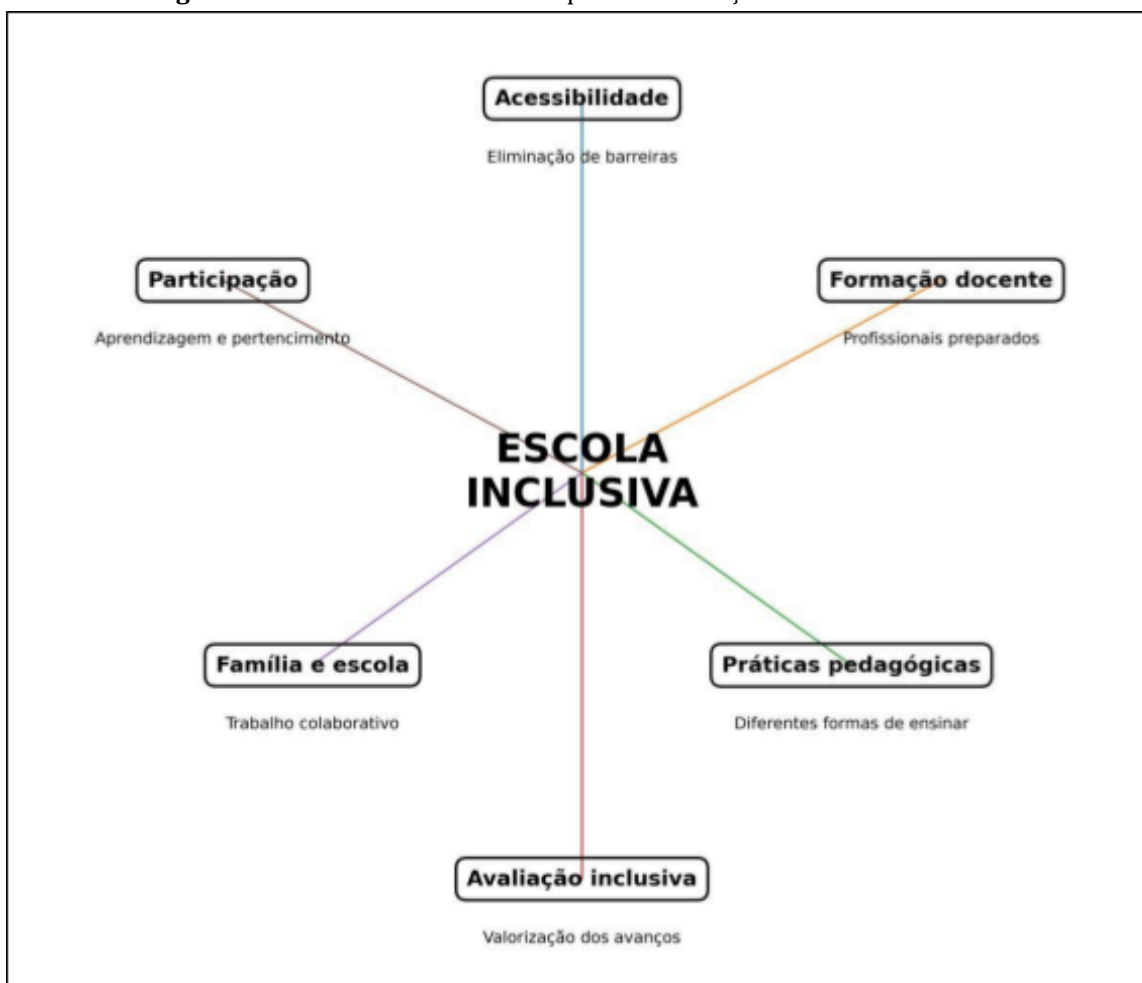


Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2024).

A formação dos professores também se apresenta como um aspecto fundamental. O profissional precisa estar preparado para compreender as diferenças, planejar estratégias diversificadas e utilizar recursos que favoreçam a participação dos estudantes. Nesse sentido, a formação continuada é indispensável, pois permite ampliar conhecimentos e refletir sobre as práticas desenvolvidas. Entretanto, essa responsabilidade não deve recair somente sobre o professor. Cabe às redes de ensino e às instituições escolares oferecer condições para estudos, planejamento coletivo e troca de experiências entre os profissionais.

As práticas pedagógicas inclusivas devem considerar diferentes formas de ensinar, aprender e avaliar. O uso de recursos visuais, materiais adaptados, atividades práticas, tecnologias assistivas, jogos e trabalhos colaborativos pode ampliar as possibilidades de participação dos estudantes. Da mesma forma, a avaliação precisa considerar o percurso e os avanços individuais, assumindo também uma função diagnóstica e formativa. Dessa maneira, adaptar estratégias não significa reduzir as expectativas de aprendizagem, mas criar diferentes caminhos para que o estudante possa desenvolver suas capacidades.

Figura 1 – Elementos fundamentais para a construção de uma escola inclusiva.

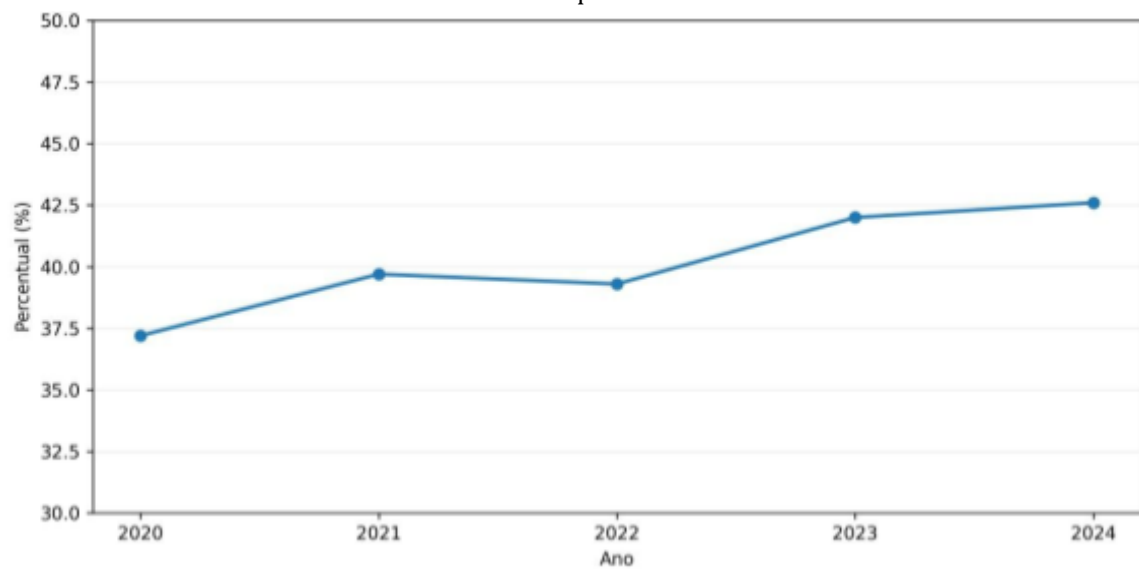


Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A acessibilidade também constitui elemento essencial para a inclusão. As barreiras podem ser físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais, interferindo diretamente na participação dos estudantes. Sassaki (2003) destaca a importância da eliminação das barreiras para a construção de uma sociedade inclusiva. No ambiente escolar, isso significa garantir não apenas espaços acessíveis, mas também materiais, recursos de comunicação e práticas pedagógicas que favoreçam a participação de todos. Além disso, é fundamental combater atitudes preconceituosas e promover uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças.

A inclusão escolar também depende da atuação conjunta da escola, da família e das políticas públicas. A gestão escolar deve proporcionar condições para o planejamento e o trabalho colaborativo, enquanto a família pode contribuir com informações importantes sobre as características e necessidades do estudante. As políticas públicas, por sua vez, precisam garantir recursos, formação profissional, acessibilidade e atendimento educacional especializado. Dessa forma, a inclusão não pode ser entendida como responsabilidade exclusiva do professor, mas como um compromisso coletivo.

Gráfico 2 – Percentual de alunos de 4 a 17 anos incluídos em classes comuns com acesso ao Atendimento Educacional Especializado – Brasil – 2020-2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2024).

Os resultados da revisão bibliográfica demonstram, portanto, que os principais desafios da inclusão estão relacionados à formação docente, às condições de trabalho, à acessibilidade, aos recursos disponíveis e à organização das práticas pedagógicas. Ao mesmo tempo, existem possibilidades concretas de enfrentamento desses desafios por meio da formação continuada, do planejamento colaborativo, da diversificação metodológica, da adaptação de recursos, da avaliação formativa e do fortalecimento da parceria entre escola e família.

Assim, a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo contínuo, que exige mudanças nas concepções e nas práticas educacionais. Mais do que garantir o acesso à escola, é necessário assegurar participação, aprendizagem, autonomia e convivência. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende da articulação entre professores, gestores, famílias, profissionais especializados e políticas públicas, tendo como princípio o reconhecimento de que todos os estudantes possuem direito de aprender e participar plenamente da vida escolar.

5 Considerações finais

A realização deste estudo permitiu compreender que a inclusão escolar constitui um processo amplo e contínuo, que não se limita à garantia de matrícula e permanência do estudante na escola. Para que a inclusão aconteça de maneira efetiva, é necessário assegurar

condições para que todos os alunos possam participar das atividades, desenvolver suas potencialidades, estabelecer relações de convivência e ter acesso à aprendizagem.

A análise realizada evidenciou que ainda existem importantes desafios no cotidiano da sala de aula, especialmente relacionados à formação dos professores, à disponibilidade de recursos pedagógicos, à acessibilidade, às condições de trabalho e à necessidade de diversificação das práticas de ensino. Essas dificuldades demonstram que a efetivação da inclusão depende de mudanças que ultrapassam a atuação individual do professor, envolvendo também a organização da escola e o suporte oferecido pelas políticas educacionais.

Nesse contexto, a formação continuada dos profissionais da educação, o planejamento colaborativo, a utilização de diferentes estratégias pedagógicas, a adaptação de recursos e a adoção de formas diversificadas de avaliação apresentam-se como possibilidades importantes para favorecer a participação e a aprendizagem dos estudantes. Também se destaca a importância da parceria entre escola, família e demais profissionais envolvidos no processo educacional, fortalecendo ações conjuntas em benefício dos alunos.

Conclui-se, portanto, que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige compromisso coletivo, planejamento e disposição para transformar práticas e concepções. As diferenças existentes entre os estudantes não devem ser consideradas impedimentos ao processo educativo, mas elementos que precisam ser reconhecidos e respeitados pela escola. A inclusão torna-se efetiva quando o estudante não apenas está presente no ambiente escolar, mas participa, aprende, convive e sente-se pertencente à comunidade escolar.

Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para ampliar a reflexão sobre os desafios da inclusão no contexto da sala de aula e para reforçar a importância de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade. Embora ainda existam obstáculos a serem superados, a construção de uma educação inclusiva é possível quando professores, gestores, famílias, profissionais especializados e poder público assumem conjuntamente a responsabilidade pela garantia do direito de todos à educação.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jul. 2026.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo Escolar da Educação Básica 2024: resumo técnico. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 16 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 9 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 25 maio 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.